

■ Oliveira e Costa, presidente do grupo BPN, diz tratar-se de “falta de senso”

Deloitte “castiga” BPN na auditoria às contas de 2002

SÍLVIA DE OLIVEIRA so@mediain.pt

O BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS (BPN) tem uma significativa concentração do crédito concedido, obrigações, garantias e avals prestados nos sectores imobiliário e da construção, alerta a Deloitte & Touche, que auditou as contas de 2002 do grupo BPN. Numa das reservas às contas, a auditora acrescenta que, entre os devedores, estão accionistas e entidades relacionadas com o grupo não incluídas no perímetro de consolidação. “Tendo em conta o momento que o sector imobiliário atravessa, entendemos que o valor de realização destes créditos está dependente da venda dos empreendimentos imobiliários aos preços previstos nos estudos

SUPERVISÃO BANCÁRIA

Contactado pelo **Jornal de Negócios**, o Banco de Portugal diz não poder comentar questões relacionadas com a actividade da supervisão.

efectuados, deduzidos das margens técnicas utilizadas na sua elaboração, pelas entidades promotoras e avaliadoras”, refere o relatório de auditoria às contas de 2002 do grupo BPN. A Deloitte alerta ainda para “a existência de procaurações irrevogáveis recebidas destes devedores, cujas hipotecas não se encontram concretizadas”.

De facto, segundo a nota 14 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, é possível constatar que os sectores da construção e do imobiliário pesam, respectivamente, 9,8% e 11,5% na carteira de crédito do BPN (ver quadro). Por sua vez, o banco, presidido por Oliveira e Costa, concedeu, em 2002, créditos, garantias e avals e títulos a empresas controladas por accionistas num mon-

tante superior a 279 milhões de euros. As empresas relacionadas acumularam, no mesmo ano, cerca de 152 milhões de euros.

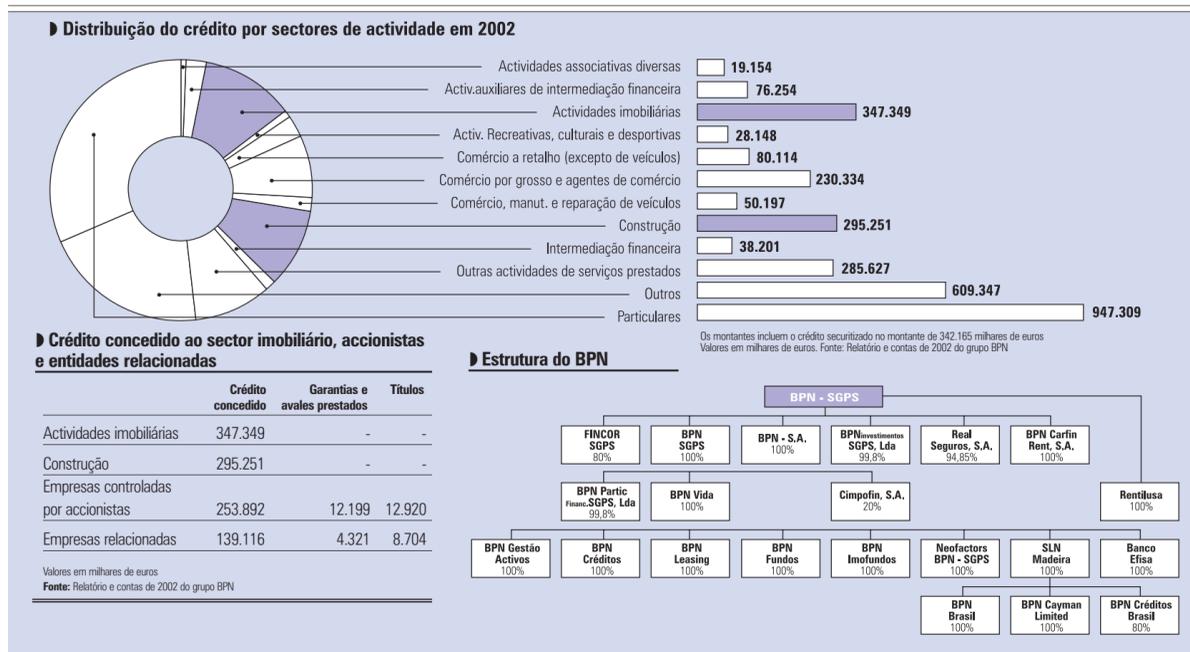
Na lista de reservas às contas, a Deloitte sublinhou ainda, em relação à actividade da BPN Créditos, que detectou indícios de provisões para crédito e devedores insuficientes. Segundo a auditoria, tornou-se, porém, difícil quantificar devido “a limitações da informação disponível, assim como a alterações de procedimentos e a acontecimentos atípicos ocorridos no passado que distorcem as conclusões que se podem retirar dos dados históricos”. Por outro lado, acrescenta a Deloitte, a BPN Créditos e a BPN Leasing procederam à venda de créditos a entidades não residentes, não tendo sido registada qualquer provisão, que poderá, segundo os auditores, vir a ser necessária caso o incumprimento dos créditos securitizados venha a revelar-se superior ao inicialmente estimado.

Outra reserva prende-se com o facto de o BPN, SA e o Banco Efisa terem procedido à constituição de fundos para riscos bancários gerais nos montantes de 15.500 e 1.100 milhares de euros, respectivamente, por contrapartida de resultados transitados. Dizem os auditores que, “de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas provisões deveriam ter sido registadas por resultados do exercício”.

No sector dos seguros, da análise às provisões da Real Seguros para sinistros do ramo automóvel e para pensões presumíveis do ramo acidentes de trabalho, a Deloitte considera que poderão ser necessárias provisões adicionais.

Por sua vez, contactada pelo Jornal de Negócios, fonte oficial do Banco de Portugal limitou-se a referir que não efectua qualquer comentário sobre questões de supervisão.

O BPN EM 2002



OS ARGUMENTOS DO BPN

“Real tem excesso de provisões”

A reserva dos auditores sobre a eventual necessidade de serem constituídas provisões adicionais é, segundo adiantou ao Jornal de Negócios Oliveira Costa, presidente do grupo BPN, reveladora “da falta de senso com que a auditoria foi feita”. Este responsável concretizou: “No final de Agosto, a Real tinha um excesso de provisões no montante de 1,8 milhões de euros”. Oliveira Costa garante ainda que, em 2002, não existia qualquer insuficiência em nenhum dos ramos de actividade. “Antes, pelo contrário, existia excesso”, frisou. O presidente do grupo BPN relembrou “o passado triste” por que passou a Real e os esforços feitos pela nova administração “para pôr tudo em ordem”. Na carta publicada no relatório de 2002, acrescenta que “o provisionamento técnico tem-se revelado excedentário, como evidência o encerramento de sinistros que transitam de exercícios anteriores”.

“Peso no BPN é inferior à média”

“O peso dos sectores do imobiliário e da construção na carteira de crédito do BPN é inferior ao da média do sector”, adiantou Oliveira Costa ao Jornal de Negócios. Por isso, na sua opinião, não faz qualquer sentido esta reserva do auditor, que alerta para o que considera ser “uma significativa concentração de crédito concedido” naquelas áreas. Por outro lado, garante, “é produto de alta qualidade. Não tenho dúvidas nenhuma de que existirá boa cobrança destes créditos”. Sobre o facto de muitos dos devedores serem accionistas e entidades relacionadas com o grupo, conforme salientou a auditora, este responsável frisou que a SLN, principal accionista do BPN, tem 420 sócios, “todos empenhados em sucesso”. “Tomara que todo o crédito estivesse tão seguro quanto estes”, acrescentou. Oliveira Costa frisou que se trata de 5% dos 4.000 milhões de activos do BPN.

“Securitização foi feita sem recurso”

A reserva sobre a operação de securitização da BPN Créditos e da BPN Leasing “é uma questão grotesca”, segundo Oliveira Costa. Este responsável assegurou, em declarações ao Jornal de Negócios, “que as posições foram vendidas sem hipótese de recurso”. Fonte oficial do BPN sublinhou que os auditores e o ROC dispõem de parecer jurídico que conclui, “que a cessão de créditos (...) era plena e definitiva”. Sobre uma eventual insuficiência de provisões na BPN Créditos, Oliveira Costa discorda. Mas relembra que a empresa “teve um arranque difícil”, que motivou, em 2001, a substituição em bloco da administração. “No que respeita aos acontecimentos atípicos”, referidos pelos auditores, “estão relacionadas com certas operações (...) resolvidas”. Nos primeiros oito meses do ano, houve um reforço de provisões no montante de 10,7 milhões de euros (12% da produção de crédito).

“Para não pagar tanto imposto”

“Como não era obrigatório, entendeu-se que não valeria a pena levar a resultados para não pagar tanto imposto”, explicou Oliveira Costa ao Jornal de Negócios. Os auditores às contas de 2002 alertaram para o facto de os fundos para riscos bancários gerais, que se destinam a cobrir riscos de actividade, deverem ser, segundo os princípios de contabilidade geralmente aceites, registados por resultados do exercício. Em causa, estavam montantes de 15,5 milhões de euros no BPN e 1,1 milhões de euros no Banco Efisa. “Não era objectivamente necessário e como o BPN é uma instituição jovem, achámos que não valeria a pena”, acrescentou o presidente do grupo. Este responsável sublinhou ainda que os referidos fundos são constituídos para fazer face a riscos incertos. O BPN optou por, nas contas de 2002, registar estas verbas por contrapartida de resultados transitados.

TRIBUTAÇÃO FISCAL Sonae ganha 99,5% dos litígios com o Fisco

A Sonae costuma ganhar praticamente todos os processos judiciais que intenta contra a Administração Fiscal. De acordo com Ângelo Paupério, vice-presidente da Sonae SGPS, este grupo saiu vitorioso do “braço-de-ferro” com o Fisco em 99,5% dos 61 processos sentenciados no ano passado, que envolviam um valor total de 16 milhões de euros. O mesmo responsável, que falava numa conferência promovida, no Porto, pelo “Boletim do Contribuinte”, adiantou que, no final de 2002, o grupo tinha 135 processos pendentes em tribunal por razões fiscais, num valor global de 19,5 milhões de euros. Ângelo Paupério criticou a falta de interesse da Administração Fiscal em facilitar a vida das empresas, dando como exemplo a ausência de resposta a um pedido da Sonae, feito há sete meses, para que seja autorizada a conversão em folhas A4 dos cerca de 600 mil rolos que saem anualmente das caixas registadoras do grupo e que têm de ser obrigatoriamente arquivados.

CONSTRUÇÃO Família Teixeira Duarte pode fundar participadas

A participação da família Teixeira Duarte na cotada Teixeira Duarte - Engenharia e Construções através de três subsidiárias poderá ser reunida numa única entidade, segundo o Negócios.pt. A construtora Teixeira Duarte registou, na passada quarta-feira, no final da sessão, uma passagem de 13 milhões de títulos. A quantidade transaccionada representa 3,1% das acções da empresa admitidas a negociação. Este movimento é explicado pela intenção da família querer concentrar a posição na construtora na subsidiária TDG, que directamente controla 10% dos direitos de voto da cotada Teixeira Duarte. As participações detidas pela Gratac e TD SGPS serão transferidas para a TDG, exemplo disso é a passagem de bolsa efectuada ontem. Após esta reestruturação das posições accionistas, a empresa poderá agregar as próprias subsidiárias numa única entidade. “Podemos fundi-las (sociedades), ainda não sabemos”, disse uma fonte da construtora.

AMBIENTE Comissão Europeia muda legislação da utilização de químicos

A proposta da Comissão Europeia (CE) para a nova política de substâncias químicas sofreu bastantes alterações depois de uma intensiva consulta com os vários intervenientes: empresas, ambientalistas e consumidores. A versão preliminar da regulamentação a implementar a partir de 29 de Outubro na totalidade dos Estados-membros foi agora apresentada pelo EurActiv, departamento da CE responsável por este pelouro. O objectivo de Bruxelas é reduzir de 30 mil para 10 mil o número de químicos produzidos, com base nas recomendações do Greenpeace, WWF, Associação Europeia do Ambiente e Organização Europeia de Consumidores. A Alemanha, o maior produtor europeu de produtos químicos e que vive a segunda maior recessão em muitos anos, mostrou resistência à nova regulamentação. Juntamente com a Alemanha, o Reino Unido e França – as três maiores economias da Europa – estão a lutar contra as novas regras. Para a indústria química, a nova lei pode provocar prejuízos superiores a sete milhões de euros.

BANCA Maldonado Gonelha vence primeira etapa do Montepio Geral



A lista de António Maldonado Gonelha venceu a primeira etapa do processo eleitoral no Montepio Geral, com a eleição de um representante dos trabalhadores para o conselho fiscal, segundo a Lusa. O representante dos trabalhadores proposto para o conselho fiscal do Montepio Geral, José Joaquim Rosa, obteve 959 votos, mais do dobro dos 469 angariados pelo candidato da lista de José Silva Lopes. As eleições realizaram-se terça e quarta-feira, enquanto os órgãos dirigentes do Montepio Geral serão eleitos em Dezembro, disputadas pelo ex-ministro do Trabalho, António Maldonado Gonelha, e pelo antigo ministro das Finanças, José da Silva Lopes. Maldonado Gonelha é actualmente administrador do Montepio Geral e propõe, na sua lista de candidatura, o ex-ministro do Equipamento Social Jorge Coelho para presidente da Mesa da Assembleia Geral. A lista de Silva Lopes conta com três dos actuais administradores do Montepio, Ludovico Morgado, Alberto Ramalheira e o actual presidente, António da Costa Leal.

AGLOMERADOS Tafisa acorda venda do terreno da unidade fabril de Pontevedra

A Sonae Indústria informou de que a sua participada Tableros de Fibras, SA, mais conhecida por Tafisa, celebrou com a sociedade Landscape Grupo Lar, SL um acordo com vista à alienação dos terrenos onde a unidade industrial de Pontevedra se encontra instalada. A linha de revestimento com papel melaminico existente nas actuais instalações da Galiza, bem como uma nova linha de “flooring” irão ser instaladas numa nova unidade sita na localidade de Pontecaldelas. O referido acordo encontra-se sujeito a um conjunto de condições suspensivas, ao cumprimento de algumas obrigações por parte da Tafisa e pressupõe uma requalificação urbanística do terreno objecto do mesmo, não se encontrando ainda determinado definitivamente o preço final da transacção. O montante final das mais-valias a ser gerado por esta operação, apenas poderá ser determinado quando for conhecido o preço definitivo da transacção, assim como os custos associados à instalação da nova unidade industrial em Pontecaldelas.

AUTOMÓVEL Venda de veículos usados tem novas regras legais

A compra e venda de automóveis usados vai obedecer a novas regras que permitirão ao consumidor ver o prazo de reclamação alargado para dois meses e aos vendedores reduzir a garantia de dois para um ano. O contrato de compra e venda passa também a discriminar o estado geral do veículo. As alterações nos contratos de compra e venda de veículos usados e da declaração de garantia foram objecto de intensas negociações entre a Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) e a associação de defesa do consumidor DECO, na sequência da entrada em vigor de um novo decreto-lei resultante da transposição da directiva comunitária. Entre as principais alterações destaca-se o alargamento de um para dois meses do prazo de denúncia das anomalias detectadas no funcionamento do veículo. Apesar do prazo de garantia legal ser de dois anos, a nova declaração de garantia consagra também o direito de as partes chegarem a acordo quanto à redução desse prazo para um ano.

NOSSOS SUPER PODERES PARA JOGAR
WARRANTS SG E GANHE ATÉ ...

1000 EUROS EM PRÉMIOS!

warrantsg.com

Mais informações através do telefone:

800 833 321
pt.warrants.com



CORPORATE & INVESTMENT BANKING